

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Índice

| | |
|--|---|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | 1 |
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado | 5 |
| Demonstração do resultado abrangente | 6 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 7 |
| Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto | 8 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras..... | 9 |



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.
Serra do Mel – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and lines, appearing to be the name 'Thiago Alexandre de Souza Silva'.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.**Balço patrimonial**

Em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

| Ativo | Notas | 2025 | 2024 | Passivo | Notas | 2025 | 2024 |
|--|--------------|----------------|----------------|---|--------------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 10.326 | 5.896 | Fornecedores | 9 | 2.672 | 811 |
| Contas a receber | 6 | 3.353 | 2.943 | Financiamentos | 10 | 18.585 | 4.321 |
| Adiantamento a fornecedores | | - | 1 | Tributos a recolher | | 161 | 157 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | | 39 | 150 | Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 328 | 385 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 653 | 906 | Dividendos a Pagar | 19 | 811 | 2.013 |
| Partes relacionadas | 19 | 4.610 | 5.705 | Arrendamentos | 7 | 23 | 3 |
| | | | | Outras contas a pagar | | 2 | 693 |
| Total do ativo circulante | | 18.981 | 15.601 | Total do passivo circulante | | 22.582 | 8.383 |
| Não circulante | | | | Não Circulante | | | |
| Fundos vinculados | 5.b | 3.647 | 2.893 | Financiamentos | 10 | 64.661 | 83.100 |
| Despesas pagas antecipadamente | | - | 422 | Provisão para desmobilização | 11 | 17.229 | 16.647 |
| Total do realizável a longo prazo | | 3.647 | 3.315 | Arrendamentos | 7 | 2.172 | 2.176 |
| | | | | Outras contas a pagar | | - | 399 |
| Direito de uso | 7 | 16.931 | 17.354 | Total do passivo não circulante | | 84.062 | 102.322 |
| Imobilizado | 8 | 146.723 | 152.449 | Total do passivo | | 106.644 | 110.705 |
| Total do ativo não circulante | | 167.301 | 173.118 | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital social | 12 | 70.571 | 71.554 |
| | | | | Reservas de lucros | 12 | 9.067 | 6.460 |
| Total do ativo | | 186.282 | 188.719 | Total do patrimônio líquido | | 79.638 | 78.014 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 186.282 | 188.719 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.**Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

| | Notas | 2025 | 2024 |
|--|--------------|---------------|---------------|
| Receita operacional líquida | 13 | 30.787 | 31.305 |
| Custos de operação | 14 | (19.103) | (20.240) |
| Lucro bruto | | 11.684 | 11.065 |
| Despesas gerais e administrativas | 15 | (1.301) | (1.236) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (113) | 192 |
| Lucro antes das receitas e despesas financeiras | | 10.270 | 10.021 |
| Receitas financeiras | 16 | 1.434 | 708 |
| Despesas financeiras | 16 | (6.835) | (7.493) |
| Lucro antes dos tributos sobre o lucro | | 4.869 | 3.236 |
| Imposto de renda e contribuição social | 17 | (1.448) | (1.209) |
| Lucro líquido do exercício | | 3.421 | 2.027 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--|---------------------|---------------------|
| Lucro líquido do exercício | <u>3.421</u> | <u>2.027</u> |
| Outros resultado abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | <u><u>3.421</u></u> | <u><u>2.027</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

| | Capital social | Reserva de lucros | | Lucros acumulados | Total |
|---|-----------------------|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------|---------------|
| | | Reserva legal | Reserva retenção de lucros | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 71.636 | 322 | 4.593 | - | 76.551 |
| Redução de capital | (1.232) | - | - | - | (1.232) |
| Aporte de capital | 1.150 | - | - | - | 1.150 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 2.027 | 2.027 |
| Reserva legal | - | 101 | - | (101) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (482) | (482) |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | 1.444 | (1.444) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 71.554 | 423 | 6.037 | - | 78.014 |
| Redução de capital | (983) | - | - | - | (983) |
| Aporte de capital | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 3.421 | 3.421 |
| Reserva legal | - | 171 | - | (171) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (814) | (814) |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | 2.436 | (2.436) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 70.571 | 594 | 8.473 | - | 79.638 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto**

Exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

| | Notas | 2025 | 2024 |
|--|--------------|----------------|----------------|
| Resultado antes dos tributos | | 4.869 | 3.236 |
| Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de | | | |
| Atividades operacionais: | | | |
| Depreciação | 8 | 5.737 | 5.726 |
| Amortização de direitos de uso | 7 | 423 | 423 |
| Juros sobre financiamentos | 10 | 5.457 | 5.894 |
| Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado | 10 | 64 | 64 |
| Rendimentos de aplicações financeiras e fundos vinculados | 16 | (1.434) | (681) |
| Outras receitas financeiras | 16 | - | (27) |
| Ajuste a valor presente provisão para desmobilização | 11 | 582 | 563 |
| Juros sobre passivo de arrendamento | 7 | 223 | 224 |
| Lucro ajustado | | 15.921 | 15.422 |
| Redução (aumento) nos ativos: | | | |
| Contas a receber | | (410) | (326) |
| Adiantamento a fornecedores | | 1 | 22 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 675 | (186) |
| Aumento (redução) nos passivos: | | | |
| Fornecedores | | 1.861 | 247 |
| Tributos a recolher | | 4 | 30 |
| Outras contas a pagar | | (1.090) | (754) |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | 16.962 | 14.455 |
| Pagamento de juros de financiamentos | 10 | (4.163) | (5.933) |
| Pagamento de IR e CS | | (1.394) | (868) |
| Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 11.405 | 7.654 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aplicações financeiras e fundos vinculados | 5.b | 680 | 377 |
| Aquisição ao ativo imobilizado | 8 | (11) | (513) |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | 669 | (136) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Pagamento de principal e juros de arrendamentos | 7 | (207) | (227) |
| Pagamento de principal de financiamentos | 10 | (5.533) | (3.959) |
| Partes relacionadas | | 1.095 | (4.695) |
| Integralização de capital | 12 | - | 1.150 |
| Pagamento de dividendos | | (2.016) | - |
| Redução de capital | 12 | (983) | (1.232) |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | | (7.644) | (8.963) |
| Aumento (redução) no caixa e equivalentes | | 4.430 | (1.445) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 5.896 | 7.341 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 10.326 | 5.896 |
| Variação no caixa e equivalentes | | 4.430 | (1.445) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de julho de 2019, estabelecida na Vila Espírito Santos, S/N – Lote 21, Zona Rural, município de Serra do Mel do estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Vila Espírito Santo V, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia. Estas atividades são reguladas pela Aneel. A Companhia é Produtora Independente de Energia Elétrica, tendo autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95.

A controladora da Companhia é a Serra do Mel Holding S.A. a qual detém 100% de suas ações. A controladora final do Grupo é a Echoenergia Participações S.A.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 9 unidades geradoras de 4,2 MW médios, totalizando 37,8 MW médios de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

| Projeto Eólico | Resolução Original | Data | Prazo | Capacidade de energia instalada (MW médios) | Garantia Física (MW médios) |
|---------------------------|--------------------|------------|---------|---|-----------------------------|
| EOL Vila Espírito Santo V | 8619/2022 | 12/03/2020 | 35 anos | 37,8 | 20,2 |

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo com vencimento em 2031.

| Empreendimento | Tipo | Energia Contratada | Índice de reajuste | Mês de reajuste |
|---------------------------|---------|--------------------|--------------------|-----------------|
| EOL Vila Espírito Santo V | ACL (a) | Variável (b) | IPCA | Janeiro |

(a) Ambiente de contratação livre.

(b) A Companhia possui 85% de suas receitas contratadas em face da garantia física a partir da entrada em operação no ano de 2021.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e Lei Complementar 227/2026, de 13 de janeiro de 2026. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

1.4 Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico (impactos na comercialização de energia eólica)

Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento.

Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 01/09/2023 a 25/11/2025) quanto para o futuro (após 25/11/2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema.

O Ministério de Minas e Energia - MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025, abrindo prazo para contribuições até 16/01/2026. A Administração da Companhia acompanha a evolução desse processo regulatório e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico.

Em 31 de dezembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas demonstrações financeiras da Companhia, que exijam reconhecimento ou remensuração imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC, divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requerido pelas normas.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (nota explicativa 6) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas.
- Direito de uso e arrendamentos (nota explicativa 7) - principais premissas em relação a definição da taxa implícita nos contratos de arrendamento;
- Imobilizado (nota explicativa 8) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- Provisão para desmobilização (nota explicativa 11) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 18) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera um ativo financeiro com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Novas normas e interpretações

Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025:

| Revisão e Normas impactadas | Correlação IASB | Data de aprovação (Brasil) | Aplicável a partir de | Impactos contábeis |
|---|-----------------|----------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. | IAS 21 | 05/07/2024 | 01/01/2025 | Sem impactos relevantes. |
| Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. | N/A | 18/10/2024 | 01/01/2025 | Sem impactos relevantes. |
| Pronunciamento Técnico CPCnº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPCnº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. | IAS 28 | 02/08/2024 | 01/01/2025 | Sem impactos relevantes. |

A partir de 01 de janeiro de 2026, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

| Revisão e Normas impactadas | Correlação IASB | Data de aprovação (Brasil) | Aplicável a partir de | Impactos contábeis |
|--|-----------------|----------------------------|-----------------------|--|
| Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02): Divulgação de Informações Climáticas | IFRS S1 e S2 | 12/09/2024 | 01/01/2026 | Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual. |
| CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras | IFRS 18 | 09/04/2024 | 01/01/2027 | A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia não realizará adoção antecipada da referida norma. |
| IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7: Instrumentos financeiros divulgação | IFRS 9 e IFRS 7 | 30/05/2024 | 01/01/2026 | O IASB emitiu emendas aos pronunciamentos IFRS 9 e IFRS 7 ampliando as exigências de divulgação para instrumentos financeiros vinculados a contratos de fornecimento de energia oriundos de fontes naturais variáveis (como vento e irradiância solar). As alterações reforçam a necessidade de evidenciar riscos associados à intermitência da geração, variações contratuais e impactos financeiros decorrentes de mecanismos de liquidação no mercado regulado e livre. A Companhia não antecipará a adoção das alterações. |

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas demonstrações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios

a. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|----------------------|---------------------|
| Bancos conta movimento | 214 | 407 |
| Aplicações financeiras (a) | <u>10.112</u> | <u>5.489</u> |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | <u>10.326</u> | <u>5.896</u> |

(a) Referem-se a aplicações em fundos de investimentos e CDB, ambos com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor. Remunerados a 98,95% da taxa (DI) em dezembro de 2025 (90,47% em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

b. Fundos vinculados

Os valores registrados como fundos vinculados representam contas-reserva destinadas à liquidação de dívidas, atendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva. Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar a nota explicativa 10.

Os fundos vinculados são classificados no ativo, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida.

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---------------------------|---------------------|---------------------|
| Centralizadora (a) | 82 | - |
| Reserva O&M (b) | 473 | 116 |
| Reserva de dívida BNB (c) | 3.092 | 2.777 |
| Total | <u>3.647</u> | <u>2.893</u> |

A seguir demonstramos a característica individual de cada conta reserva, bem como sua natureza conforme contratos de financiamento.

(a) Centralizadora: As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Reserva de O&M: Conta reserva destinada ao pagamento de O&M em caso de insuficiência de caixa, deve conter 1/4 do valor anual do pagamento de O&M

(c) Reserva da Dívida BNB: Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNB em caso de insuficiência de caixa, deve conter 2,70% do saldo devedor para o projeto.

6 Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|
| Transações Realizadas no ACL (a) | 2.899 | 2.943 |
| Transações Realizadas no MCP | 454 | - |
| Total | <u>3.353</u> | <u>2.943</u> |

(a) **Transações realizadas no ACL (Ambiente de Contratação Livre):** Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre os agentes do mercado e liquidadas na CCEE.

a. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não constituiu saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

7 Direito de uso e arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento, conforme requerimentos do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificável, por um período determinado em troca de contraprestação.

Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos das terras onde os parques eólicos estão instalados, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar, caso tais reajustes venham a ocorrer. A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados e tem procedimentos estabelecidos para identificar os contratos de arrendamento que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os contratos que atendem as características abaixo são excluídos do escopo da norma e o registro contábil é feito mensalmente, reconhecendo o custo do uso do ativo arrendado diretamente no resultado.

- curto prazo (com duração inferior a 12 meses);
- ativos de baixo valor;
- parcelas variáveis de pagamentos;
- contratos em que o ativo de arrendamento não pode ser identificado separadamente;
- contratos em que a Companhia não tem direito a obter a maioria dos benefícios econômicos do uso do ativo; e
- contratos em que a Companhia não tem controle significativo sobre como o ativo é usado.

Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

a. Ativo de direito de uso

| | Valor líquido em 2024 | Amortização | Valor líquido em 2025 |
|------------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Arrendamento parques eólicos | 17.354 | (423) | 16.931 |
| Total do ativo | 17.354 | (423) | 16.931 |

| | Valor líquido em 2023 | Amortização | Valor líquido em 2024 |
|------------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Arrendamento parques eólicos | 17.777 | (423) | 17.354 |
| Total do ativo | 17.777 | (423) | 17.354 |

b. Passivo de arrendamento

| | 2025 | 2024 |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Passivo de arrendamento | 2.195 | 2.179 |
| Total | 2.195 | 2.179 |
| Circulante | 23 | 3 |
| Não circulante | 2.172 | 2.176 |

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do passivo de arrendamento, está demonstrada abaixo:

| | Valor líquido em 2024 | 2025 | | Valor líquido em 2025 |
|--------------------------------|-----------------------|--------------|------------------|-----------------------|
| | | Pagamentos | Juros incorridos | |
| Passivo de arrendamento | | | | |
| Arrendamentos parques eólicos | 2.179 | (207) | 223 | 2.195 |
| Total | 2.179 | (207) | 223 | 2.195 |

| | Valor líquido em 2023 | 2024 | | Valor líquido em 2024 |
|--------------------------------|-----------------------|--------------|------------------|-----------------------|
| | | Pagamentos | Juros incorridos | |
| Passivo de arrendamento | | | | |
| Arrendamentos parques eólicos | 2.182 | (227) | 224 | 2.179 |
| Total | 2.182 | (227) | 224 | 2.179 |

8 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos e juros sobre financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No exercício de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de revisar a estimativa de vida útil dos ativos, pois não foram observadas alterações significativas em suas condições ou no ambiente operacional ao longo do exercício.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avalia ainda os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil definidas dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores aos prazos de autorização dos parques eólicos.

| | |
|---|---------|
| Unidade de geração eólica – Pás | 25 anos |
| Unidade de geração eólica – Gerador | 30 anos |
| Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft | 20 anos |
| Unidade de geração eólica – Poste e torre | 35 anos |
| Unidade de geração eólica – Transformador | 40 anos |
| Construção e benfeitorias | 50 anos |
| Máquinas e equipamentos (geral) | 26 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

a. Composição do ativo imobilizado

Os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

| | Vida útil | 2025 | | | 2024 |
|--------------------------|-----------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Imobilizado em andamento | - | 524 | - | 524 | 513 |
| Máquinas e equipamentos | 26 anos | 171.426 | (25.227) | 146.199 | 151.936 |
| Total | | 171.950 | (25.227) | 146.723 | 152.449 |

b. Movimentações do ativo imobilizado

| | Saldo em 2024 | Adição | Depreciação | Saldo em 2025 |
|--------------------------|----------------|------------|----------------|----------------|
| Imobilizado em andamento | 513 | 11 | - | 524 |
| Máquinas e equipamentos | 151.936 | - | (5.737) | 146.199 |
| Total | 152.449 | 11 | (5.737) | 146.723 |
| | Saldo em 2023 | Adição | Depreciação | Saldo em 2024 |
| Imobilizado em andamento | - | 513 | - | 513 |
| Máquinas e equipamentos | 157.662 | - | (5.726) | 151.936 |
| Total | 157.662 | 513 | (5.726) | 152.449 |

9 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e também através de provisões diversas.

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

| | 2025 | 2024 |
|--|--------------|------------|
| Materiais e serviços | 1.669 | 596 |
| Fornecedor partes relacionadas – nota 19 | 393 | 213 |
| Provisão | 610 | 2 |
| Total | 2.672 | 811 |

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de financiamentos bancários. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. Composição do saldo de financiamentos

| Financiamentos | Taxa de Juros | Vencimento | 2025 | 2024 |
|---------------------|-----------------|------------|---------------|---------------|
| Financiamento - BNB | 0,96%a.a + IPCA | Jul/2040 | 83.246 | 87.421 |
| Total | | | 83.246 | 87.421 |
| Circulante | | | 18.585 | 4.321 |
| Não circulante | | | 64.661 | 83.100 |

b. Movimentação dos financiamentos

| | 2025 | 2024 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Saldo em 1º de janeiro | 87.421 | 91.355 |
| Juros incorporados a dívida | 5.457 | 5.894 |
| Custo de captação incorrido | 64 | 64 |
| Juros pagos | (4.163) | (5.933) |
| Amortização do principal | (5.533) | (3.959) |
| Saldo em 31 de dezembro | 83.246 | 87.421 |

c. Obrigações contratuais - Covenants

O referido contrato possui cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- Manutenção, até o vencimento do contrato, do fundo de liquidez.
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNB, distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer distribuições de lucros acima do mínimo legal obrigatório, exceto de estiver adimplente com suas obrigações não pecuniárias e pecuniárias do presente financiamento.
- Não realizar redução de capital social na Companhia, exceto se respeitado o capital social mínimo da Companhia exigido nos termos do contrato de financiamento.
- Manutenção dos seguros exigidos de acordo com a fase do projeto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as exigências contratuais qualitativas e quantitativas.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:

| Ano | 2025 |
|--------------|---------------|
| 2026 | 18.585 |
| 2027 | 3.400 |
| 2028 | 3.560 |
| 2029 | 3.787 |
| 2030 | 4.258 |
| Após 2030 | 49.656 |
| Total | 83.246 |

d. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias fiança bancária até o final da operação.

11 Provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são reconhecidas pela Companhia considerando que ao final do prazo contratual de arrendamento têm a obrigação de restituir as terras nas condições anteriores à implementação dos parques eólicos. Estas provisões são mensuradas com base na estimativa dos custos relacionados à desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para a desmontagem e a destinação final dos itens descartados, sendo reconhecidas a valor presente. O valor presente da obrigação com desmobilização é calculado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores presentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 9,12% a.a.. A Companhia reconhece no resultado o ajuste a valor presente em relação ao fluxo de caixa futuro.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia revisou suas estimativas referentes ao valor futuro necessário para o cumprimento dessas obrigações. Após a atualização das premissas de mercado, com base em estimativas de custos elaboradas por consultorias especializadas, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de novos valores.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado para o custo de desmobilização de ativos, atualizado a valor presente, foi de R\$ 17.229 (R\$ 16.647 em 31 de dezembro de 2024).

| | 2025 | 2024 |
|-------------------------|---------------|---------------|
| Saldo inicial | 16.647 | 16.084 |
| Ajuste a valor presente | 582 | 563 |
| Saldo final | 17.229 | 16.647 |

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 70.571 (R\$ 71.554 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 1.719.795 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (1.719.795 em 31 de dezembro de 2024).

Em 9 de outubro de 2025, houve redução de capital no montante de R\$ 983 através de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) com impacto em caixa.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 814 (R\$ 482 em 31 de dezembro de 2024).

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído o valor de R\$ 171 (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2024).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

Em 31 de dezembro de 2025 foi destinado o valor de R\$ 2.436 (R\$ 1.444 em dezembro de 2024).

13 Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia da Companhia são registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e é classificada no mercado:

- (i) ACL (Ambiente de Contratação Livre) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são calculados com base no regime cumulativo, aplicando-se as alíquotas de 0,65% para PIS e 3% para COFINS sobre a receita operacional da Companhia.

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Receita bruta de energia elétrica | 31.954 | 32.492 |
| Total | 31.954 | 32.492 |
| Volume gerado em MWh | 134.888 | 114.220 |
| PIS | (208) | (211) |
| COFINS | (959) | (976) |
| Deduções da receita | (1.167) | (1.187) |
| Receita operacional líquida | 30.787 | 31.305 |

Abaixo demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--------------|---------------|---------------|
| ACL (a) | 31.448 | 32.134 |
| MCP (b) | 506 | 358 |
| Total | 31.954 | 32.492 |

(a) Ambiente de Contratação Livre.

(b) Mercado de Curto Prazo decorrente do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, ajustando as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física, podendo ter um efeito positivo ou negativo.

14 Custos de operação

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Depreciação | (5.737) | (5.726) |
| Engenharia e gestão de processos O&M | (2.846) | (2.711) |
| Encargos de conexão e transmissão | (2.614) | (2.472) |
| Compra de energia | (5.641) | (7.573) |
| Gastos com pessoal | (425) | (491) |
| Serviços de terceiros | (300) | (245) |
| Seguros | (555) | (567) |
| Amortização de direito de uso | (423) | (423) |
| Materiais | (16) | (8) |
| Outros custos (a) | (546) | (24) |
| Total | (19.103) | (20.240) |

(a) Referem-se à serviços de terceiros, impostos, taxas e alvarás diversos, locação e aluguéis e demais custos, líquido de reversões, bem como créditos dos fornecedores de manutenção dos aerogeradores, por ressarcimento de disponibilidade.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Despesas gerais e administrativas

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Gastos com pessoal | (933) | (798) |
| Serviços de terceiros | (223) | (240) |
| Legais, judiciais e publicações | (2) | (69) |
| Impostos, taxas e alvarás diversos | (1) | (19) |
| Outras despesas | (142) | (110) |
| Total | <u>(1.301)</u> | <u>(1.236)</u> |

16 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Rendimento de aplicação | 1.434 | 681 |
| Outras receitas | - | 27 |
| Receitas financeiras | <u>1.434</u> | <u>708</u> |
| Juros sobre financiamentos | (5.457) | (5.894) |
| Ajuste a valor presente provisão para desmobilização | (582) | (563) |
| Despesa captação de financiamentos | (64) | (64) |
| Fianças e comissões bancárias | (135) | (466) |
| Juros sobre arrendamento | (223) | (224) |
| IOF | (5) | (19) |
| Tarifas bancárias | (9) | (261) |
| Outras despesas financeiras | (360) | (2) |
| Despesas financeiras | <u>(6.835)</u> | <u>(7.493)</u> |

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

A Companhia executa atividades de geração de energia e opta pelo regime de tributação Lucro Presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta proveniente da venda de energia eólica e a razão de 100% sobre as receitas financeiras as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida em 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.448 (R\$ 1.209 em 31 de dezembro de 2024). O quadro abaixo demonstra as apurações da Companhia com base no lucro presumido:

| | 2025 | |
|--|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro presumido | | |
| Receitas de operações com energia elétrica | 31.954 | 31.954 |
| Alíquota de presunção | 8% | 12% |
| Lucro presumido | 2.556 | 3.834 |
| Demais receitas | 1.434 | 1.434 |
| Base de cálculo | 3.990 | 5.268 |
| Alíquota nominal (IRPJ 15%) | 599 | - |
| Alíquota nominal (CSLL 9%) | - | 474 |
| Base adicional IRPJ | 3.750 | - |
| Adicional (10%) | 375 | - |
| Corrente | 974 | 474 |
| | | |
| | 2024 | |
| | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro presumido | | |
| Receitas de operações com energia elétrica | 32.492 | 32.492 |
| Alíquota de presunção | 8% | 12% |
| Lucro presumido | 2.599 | 3.899 |
| Demais receitas | 681 | 681 |
| Base de cálculo | 3.280 | 4.580 |
| Alíquota nominal (IRPJ 15%) | 492 | - |
| Alíquota nominal (CSLL 9%) | - | 412 |
| Base adicional IRPJ | 3.042 | - |
| Adicional (10%) | 305 | - |
| Corrente | 797 | 412 |

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

19 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios estão descritas abaixo:

a. Valores a receber

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| Ativo | | |
| Serra do Mel Holding – Mútuo financeiro | 4.608 | 5.610 |
| Echoenergia Crescimento S.A. – Contas a receber partes relacionadas | - | 95 |
| Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A. | 2 | - |
| | <u>4.610</u> | <u>5.705</u> |

a. Valores a pagar

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| Passivo | | |
| Echoenergia Participações S.A. (a) – Fornecedor partes relacionadas | 393 | 213 |
| Serra do Mel Holding S.A. – Dividendos a pagar | 811 | 2.013 |
| Total | <u>1.204</u> | <u>2.226</u> |

b. Resultado

| | <u>2025</u> | <u>2024</u> |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Resultado | | |
| Compartilhamento de custos (a) | (501) | (556) |
| Compartilhamento de despesas (a) | (1.336) | (1.207) |
| Total | <u>(1.837)</u> | <u>(1.763)</u> |

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar, com a Controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. Expectativa de liquidação dos saldos em 2026. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia.

20 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

| | |
|---|--|
| Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Fundos vinculados e aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam:
 - (i) mantidos para negociação no curto prazo,
 - (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente;
 - (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota abaixo.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação dos instrumentos financeiros

| | Nota | 2025 | | 2024 | |
|---------------------------------|------|------------------|-----------------------------------|------------------|-----------------------------------|
| | | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Valor justo por meio do resultado |
| Ativos financeiros | | | | | |
| Bancos e aplicações financeiras | 5.a | 214 | 10.112 | 407 | 5.489 |
| Contas a receber | 6 | 3.353 | - | 2.943 | - |
| Fundos vinculados | 5.b | - | 3.647 | - | 2.893 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | 9 | 2.672 | - | 811 | - |
| Financiamentos | 10 | 83.246 | - | 87.421 | - |

Valor justo dos instrumentos financeiros

| | Nota | Nível (a) | 2025 | | 2024 | |
|---------------------------------|------|-----------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Bancos e aplicações financeiras | 5.a | Nível 2 | 10.326 | 10.326 | 5.896 | 5.896 |
| Fundos vinculados | 5.b | Nível 2 | 3.647 | 3.647 | 2.893 | 2.893 |
| Contas a receber | 6 | Nível 2 | 3.353 | 3.353 | 2.943 | 2.943 |
| | | | 17.326 | 17.326 | 11.732 | 11.732 |
| Fornecedores | 9 | Nível 2 | 2.672 | 2.672 | 811 | 811 |
| Financiamentos | 10 | Nível 2 | 83.246 | 83.246 | 87.421 | 87.421 |
| Total | | | 85.918 | 85.918 | 88.232 | 88.232 |

(a) A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

21 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram as contas a receber são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

| | Nota | 2025 | 2024 |
|-------------------------------|------|---------------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.a | 10.326 | 5.896 |
| Contas a receber | 6 | 3.353 | 2.943 |
| Fundos vinculados | 5.b | 3.647 | 2.893 |
| Total | | 17.326 | 11.732 |

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

| 2025 | Fluxos de caixa contratuais | | | | | |
|----------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|
| | Valor contábil | Fluxos de caixa futuros | Até 12 meses | Entre 1 a 2 anos | Entre 2 a 5 anos | Mais que 5 anos |
| Fornecedores | 2.672 | (2.672) | (2.672) | - | - | - |
| Arrendamentos | 2.195 | (2.195) | (23) | (4) | (16) | (2.152) |
| Financiamentos | 83.246 | (83.246) | (18.585) | (3.400) | (11.605) | (49.656) |
| Total | 88.113 | (88.113) | (21.280) | (3.404) | (11.621) | (51.808) |

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

| Variação das taxas de juros e índices | | 2025 | Sensibilidade | | | | |
|--|--|--------|---------------|--------|--------|--------|-------|
| | | | Provável | 25% | 50% | -25% | -50% |
| IPCA (a) | | 4,30% | 4,30% | 5,38% | 6,45% | 3,23% | 2,15% |
| Risco de redução das taxas de juros e índices | | | | | | | |
| CDI (b) | | 14,90% | 14,90% | 18,63% | 22,35% | 11,18% | 7,45% |

| Risco de aumento (passivo) | | Índice | 2025 | Sensibilidade | | | |
|--|----------|--------|----------------|---------------|----------------|--------------|----------------|
| | | | | Provável | 25% | 50% | -25% |
| Financiamentos | IPCA (a) | 83.246 | 86.826 | 87.720 | 88.615 | 85.931 | 85.036 |
| Impacto no resultado do exercício | | | (3.580) | (895) | (1.790) | 895 | 1.790 |
| Risco de redução (ativo) | | | | | | | |
| Aplicações financeiras e fundos vinculados | CDI (b) | 13.759 | 15.809 | 15.809 | 16.834 | 15.297 | 14.784 |
| Impacto no resultado do período | | | 2.050 | 513 | 1.025 | (513) | (1.025) |

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

22 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

| | Consolidado | | | |
|----------------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 a 2038 |
| CUST / CCT (a) | 2.596 | 2.699 | 2.803 | 5.910 |
| Contratos de O&M (b) | 3.276 | 3.481 | 4.196 | 16.236 |
| Total | 5.872 | 6.180 | 6.999 | 22.146 |

b. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2026 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

23 Informações complementares ao fluxo de caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, estabeleceu que as transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

| | <u>Nota</u> | <u>2025</u> |
|--|-------------|-------------|
| Atividades de financiamento | | |
| Dividendos propostos | 12 | 814 |
| Total das atividades de financiamento | | 814 |
| Total | | 814 |

24 Cobertura de seguros

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria Executiva

Liu Gonçalves de Aquino
Diretor Presidente

Raimundo Barretto Bastos
Diretor Financeiro

Bruno Ortega Janjacomio
Gerente Contábil
CRC 1SP-331491/O-4